

DEPENDÊNCIA E SUBIMPERIALISMO: REVISITAÇÃO TEÓRICA E CONDICIONANTES EMPÍRICOS APLICADOS AOS PAÍSES DO MERCOSUL

Djalma da Silva Frade¹
Luís Flavio Maia Lima²
Paulo Felipe Silva de Souza³
Arnaldo dos Santos Vaz Neto⁴

Resumo: O presente artigo analisa a posição protagonista no Brasil no MERCOSUL, manifestada no volume de exportações de manufaturas e importações de matérias primas do país aos demais membros do bloco e nos investimentos do BNDES nas demais nações. Esse protagonismo é resultante do desenvolvimento do sistema capitalista que no final do século XIX, quando o capitalismo atinge a fase monopolista, Lênin denomina de Imperialismo. Entretanto, no pós-segunda guerra mundial, devido a uma nova hierarquização dos países capitalista, manifestada na associação subordinada dos países dependentes da periferia em relação aos países imperialistas do Centro, surgem potências capitalistas médias na região periférica, que irão exercer uma dominação sobre os demais países da região, expropriando, através do intercâmbio, valor dos mesmos. Todavia apenas uma parte desse valor, a que não é drenada pelos países imperialistas, é alocada para a reprodução do capital nesse país, sem que isso se traduza em melhores condições de vida de sua população trabalhadora. Na América Latina, apenas o Brasil irá desenvolver todas as condições históricas para ascender a essa condição, que Marini denomina de subimperialismo.

Palavras-chave: 1.Imperialismo; 2.Subimperialismo; 3.América Latina; 4.Brasil; 5.MERCOSUL.

Abstract: This article analyzes the protagonist position in Brazil in MERCOSUR, expressed in the volume of manufactured exports and imports of raw materials from the country to the other members of the bloc and the BNDES investments in other nations. This role is the result of development of the capitalist system in the late nineteenth century, when capitalism reaches the monopoly stage, Lenin calls imperialism. However, in the post-World War II, due to a new ranking of the capitalist countries, manifested in association subordinate dependent countries on the periphery of the imperialists of the Central countries, there are medium-sized capitalist powers in the peripheral region, which will exert domination over other countries in the region, expropriating through the exchange value thereof. But only part of that value, which is not drained by the imperialist countries, is allocated to the reproduction of capital in this country without this translates into better living conditions of its working population. In Latin America, only Brazil will develop all the historical conditions to rise to this condition, which Marini calls sub-imperialism.

Keywords: 1. Imperialism; 2. Sub-imperialism; 3. Latin America; 4. Brazil; 5. MERCOSUL.

¹ Doutorando do programa de pós graduação em economia (PPGE) da UFPA

² Doutorando do programa de pós graduação em economia (PPGE) da UFPA

³ Mestrando do programa de pós graduação em economia (PPGE) da UFPA

⁴ Graduando em economia da Faculdade de economia (FACECON) da UFPA

1 - INTRODUÇÃO

A construção do processo de integração econômica dos países latino-americanos que compõem o MERCOSUL perpassa pelo entendimento da relação teórica entre o imperialismo e o subimperialismo, e como isso se rebate na lógica integracionista em que o Brasil se insere como protagonista. Define-se o imperialismo como superestrutura do capitalismo, onde o capital financeiro domina as esferas sociais de zonas de influência ou de países inteiros, sendo essa questão essencial no cerne do entendimento econômico e da compreensão das dinâmicas da sociedade (LENIN, 2011).

Para um melhor entendimento do imperialismo é preciso antever suas características a partir do seu conceito ou, precisamente, como aponta Lenin (2011), das suas manifestações, atentando para o processo de concentração de produção calcado na existência de monopólio, o que implica na ascendência de grupos capitalistas e/ou atividades dinâmicas em um determinado território, especialmente concentrado nas nações centrais.

O subimperialismo, por sua vez, deve ser entendido como a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro sem que isso signifique o rompimento da relação de dependência que esta possui com os países hegemônicos (MARINI, 1977, XX). Segundo este autor, as condições que levam um país a alcançara condição subimperialista são: a) composição orgânica acima da média em escala mundial, b) existência de uma política expansionista relativamente autônoma e integrada ao imperialismo, c) hierarquização de países capitalistas de forma piramidal, d) elite burguesa favorável a mudanças políticas alinhadas à conjuntura de países hegemônicos em detrimento de uma luta de classes interna latente, e) Estado atuando como interventor a favor de políticas imperialistas a menor escala (MARINI, 1974, XX).

Em outras palavras, o subimperialismo decorre da necessidade, por parte do capital, de recompor sua taxa de lucro, cuja tendência de queda, é dialeticamente, inerente ao próprio desenvolvimento do sistema capitalista. Nesse sentido, o subimperialismo é resultado de uma nova forma de relação do centro com a periferia no sentido do papel que esta última passa a desenvolver no processo de acumulação do capital. Diferentemente da forma antiga, onde o centro apenas extraía matéria-prima da periferia e vendia manufaturados a ela, agora a integração da periferia segue uma condição hierárquica de associação entre os capitais internacionais e nacionais, numa

relação dialética entre os mesmos, sob a coordenação de um Estado semiautônomo que concilia os interesses das frações das burguesias capitalistas internas e externas, contribuindo para a realização do capital investido, mas, ao mesmo tempo, fortalecendo a burguesia interna na sua relação subordinada com a burguesia internacional.

Esse Estado, ao mesmo tempo em que promove a formação de trustes capitalistas nacionais – expropriando valor dos seus vizinhos da América Latina, através do intercâmbio de mercadorias, vendendo aos mesmos manufaturados e comprando deles matérias-primas e alimentos – ainda mantém uma relação de subordinação e dependência com os países do centro, enviando parte desse valor aos mesmos e reinvestindo a outra parte, sem que isso signifique melhora nas condições de vida de sua população trabalhadora.

Na América Latina, o Brasil é o único país que historicamente reuniu todas as condições elencadas por Marini e que o colocaram, dentro da nova divisão internacional do trabalho, em uma posição de subimperialista na região, extraindo valor de seus vizinhos a partir da relação comercial e financeira estabelecida com os mesmos. Nessa dinâmica, destaca-se o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), criado em 1991, com a presença de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e que em 2012, também foi incluída a Venezuela. O desequilíbrio dentro do bloco no que concerne a balança comercial entre os países e o tipo de produto exportado e importado são elementos condicionantes do subimperialismo perceptíveis entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL. Enquanto país subimperialista, a pujança econômica brasileira se destaca na tecnologia de produto exportado, ao passo que a dependência dos países do bloco é perceptível com uma baixa competitividade nesse setor e com uma pauta de exportação baseada em produtos primários. Todavia, essa exploração existente na relação do Brasil com os demais integrantes do MERCOSUL – o que acentua a desigualdade entre os seus membros – não se traduz em melhores condições de vida da sua população trabalhadora⁵, que é alijada do crescimento, vivendo em condições de miséria e precariedade.

⁵Ao contrário, leva a um aumento da exploração – que Marini irá chamar de superexploração do trabalho – para produção de mais valia extraordinária, onde uma parte dela irá alimentar a necessidade de acumulação do capital no país subimperialista e a outra parte será drenada para os países imperialistas do centro.

2- UMA REVISITA AO IMPERIALISMO DE LÊNIN E LUXEMBURGO

A natureza econômica do imperialismo é citada por Lenin (1987) quando este trata da produção em monopólios, as quais se vinculam em concentração e centralização do capital. Por esse processo perpassa a acumulação, que denota uma relação social básica de controle de uma elite sobre os meios de produção e de apropriação da riqueza gerada pelos trabalhadores. Tal riqueza, ao invés de restar na posse daqueles que a produzem, é apropriada por uma elite que estabelece sua hegemonia nesse processo.

Do processo de concentração e centralização do capital emerge uma oligarquia financeira que controla os pequenos capitais, subordinando-os aos grandes capitais. Essa oligarquia resulta em uma modificação dos papéis dos bancos, que deixam de serem simples intermediários bancários e passa a ser financiador de grandes empresas, entrelaçando os interesses do capital bancário com o capital industrial, fundamentalmente através da compra de ações de grandes empresas. Essa fusão entre os capitais bancários e industrial constitui o principal processo da mudança de fase do capitalismo concorrencial para monopolista e dá surgimento ao capital financeiro. Este, por sua vez, submete de forma crescente a indústria e os demais setores da economia e da política, tornando-se hegemônico no processo de acumulação do capital.

A mudança da fase concorrencial do capitalismo (caracterizada pela exportação de mercadorias) para a fase monopolista (caracterizada pela exportação de capitais) tem como objetivo último o aumento dos lucros monopolistas, via empréstimos ou através de investimentos estrangeiros diretos a outras nações mais carentes, onde o capitalismo ainda não amadureceu completamente. Essa dinâmica do capital impõe à busca de novos espaços que permitam a expansão do raio de atuação desse capital, fazendo com sua ampliação alcance maior plenitude.

Portanto, esse quadro denota uma dificuldade da realização do capital, impondo uma dificuldade à lógica de reprodução ampliada (reprodução esta tomada como subutilizada em seu potencial de realização) aliada à ampliação desse cenário causada pela reestruturação orgânica do capitalismo concorrencial rumo ao monopólio em um espaço finito. Isso leva à busca de novos espaços que permitam a expansão do raio de atuação desse capital, fazendo com que sua ampliação alcance a plenitude máxima.

A exportação de capital em si torna-se mais relevante para a compreensão do imperialismo em sua totalidade do que a questão de conquista de mercados, devido aos processos de circulação e redistribuição do capital produtivo e do capital dinheiro que estabelecem o imperialismo como *modus operandi* para que o capital se expanda. Lenin afirma que tal processo se caracteriza através de cinco pontos, a saber: a) a exportação de capitais; b) a produção e distribuição centralizada em grandes empresas; c) a fusão de “capital bancário” com “capital industrial” na forma de “capital financeiro”; d) a “disputa geopolítica entre as potências capitalistas”; e e) as guerras como fenômeno recorrente dessa disputa.⁶ O capital produtivo aumenta por causa da simbiose entre o capital financeiro e o capital industrial no período final do século XIX e inicial do século XX. Lenin (1987) afirma que tal concentração da produção conecta-se com uma fase monopolista que será a fase superior do capitalismo, a qual será chamada de Imperialismo.

O aumento da contradição entre a esfera da produção (com crescimento da oferta devido aos ganhos de escala) e a esfera da circulação (problema de realização por insuficiência de demanda) torna a produção ainda mais concentrada ao passo que dificulta aos capitais menores suas manutenções devido concorrerem com produtos de baixo custo produtivo dos capitais maiores, culminando possivelmente em falência dos capitais menores e aquisição pelos capitais maiores, num processo de centralização do capital.

Portanto, o processo de monopolização e as bases que permitem a sua concretização são mais importantes do que os monopólios e os cartéis em si, pois estes revelam quais circunstâncias propiciaram à formação dos mesmos e em quais bases apoiaram os processos de concentração da produção e de capital. Esse movimento implicou na construção no ambiente mundial, de “zonas de influencia”, por onde se constrói o imperialismo e a exportação de capital enquanto sua contraface.

Em que pese as divergências em relação ao modo e a forma do imperialismo enquanto processo orgânico do capitalismo em sua fase monopolista⁷, outros autores interpretam a expansão do capital além das fronteiras nacionais (como Rosa

⁶ Esses elementos irão ser trabalhados nesse artigo mais adiante, ao aplicá-lo na realidade do Brasil enquanto subimpério perante os países limítrofes e perante à comunidade internacional

⁷ - O objetivo do artigo não é fazer um debate crítico entre os autores que trabalham o imperialismo, e sim usar as questões centrais do mesmo para a compreensão das transformações contemporâneas como elemento de entendimento da construção de blocos econômicos regionais.

Luxemburgo, Kautsky, David Harvey entre outros). Rosa Luxemburgo aborda o imperialismo deixando claro que a reprodução global do capital era seu ponto de partida e que o problema era extensível à práxis da política imperialista de sua época (LUXEMBURGO, 1985). Esse problema possuía raízes econômicas, uma vez que as contradições internas do capitalismo geram um fenômeno que atinge à prática do mundo concreto refletindo no espaço físico. Em outras palavras, tais contradições dificultam a realização da acumulação, pois levam às crises de subconsumo.

A reprodução ampliada significa um incremento da produção de mais valia em termos capitalistas (LUXEMBURGO, 1985) e resumindo o problema da dialética interna ao apontar a necessidade de expansão de mercado. Tais expansões caracterizam imperialismo ao sublinhar a disputa de capitais pela exclusividade do mercado. Como exemplo, estão as transnacionais em sua distribuição estratégica de produção, onde tais práticas permitem a perpetuação da superacumulação de capital.⁸

Esse incremento da produção de mais valia esbarra num limite de produção de mercadorias que é a capacidade do consumo social. Essa capacidade remete a um descompasso entre as mercadorias ofertadas e a demanda dos consumidores, denominado por Luxemburgo de subconsumo. A busca por novos mercados decorre da necessidade de realização da produção em larga escala (em outras palavras, superprodução). Entretanto, à medida que o capital avança, ele expõe as contradições inerentes ao sistema capitalista. O aumento da exploração do trabalho pelo capital nesses novos mercados conduz a uma dificuldade de aquisição das mercadorias produzidas devido aos baixos salários. A redução dos salários (somada a uma massa de desempregados, decorrente do aumento da composição orgânica do capital) resulta em uma crise de subconsumo.

3- O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA PERIFERIA LATINO-AMERICANA

A intensificação das lutas por mercados entre as potências imperialistas, reflexo da crise de acumulação do sistema capitalista, teve como desfecho as duas grandes guerras mundiais, culminando na afirmação dos Estados Unidos da América (EUA) como a maior potência econômica mundial (sendo que essa condição foi corroborada

⁸ Harvey (2005, p.131) irá chamar de superacumulação o momento em que “a crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem mais ser absorvidos.”

pela devastação sofrida, sobretudo, pelos países europeus beligerantes e pelo Japão). Nesse novo cenário, coube aos EUA a tarefa de organizar a economia capitalista mundial de acordo com os seus interesses hegemônicos e sua necessidade de acumulação de capital.

Essa nova potência imperialista produziu um enorme excedente comercial que precisava ser assegurado por mais mercados, impulsionando sua política de expansão econômica e financeira. O meio utilizado para ampliação de mercados e do seu raio de acumulação de capital foi, dado o seu grau de participação e importância na Organização das Nações Unidas (ONU), a criação de agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco internacional de Reconstrução e Fomento (BIRF) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), para suprimir as barreiras comerciais e financeiras às suas exportações de mercadorias e de dinheiro (MARINI, 1977, p. 1-2. Tradução Nossa).

Entretanto, a ampliação dos mercados para realização das mercadorias e dos capitais de empréstimos dos Estados Unidos não se resumiu às ações das agências multilaterais, mas também através de acordos bilaterais com países estrangeiros. Essas ações permitiram um crescimento exponencial do mercado de capitais norte-americano. Através da reordenação da economia capitalista mundial e da expansão monetária, o capital estadunidense expandia gradativamente seu raio de acumulação, integrando sobre seu controle os aparatos produtivos de outras nações.

Outra característica marcante desse período de acentuação do processo de concentração e centralização de capital foi o aprofundamento da necessidade de mercados para o excedente produtivo resultante da escala de produção (bem como para a grande massa de dinheiro que se tornavam supérfluos para a produção) devido ao avanço da inovação tecnológica incorporada ao processo produtivo. Essa massa de capital que se tornava supérflua à produção e que buscava se valorizar foi sendo direcionada para o mercado financeiro internacional. E, através dos bancos, (principalmente os privados), destinou-se na forma de empréstimos e financiamentos para países de regiões atrasadas tecnologicamente e que necessitam de recursos para aquisição do capital fixo.

Havia outras razões que justificaram as exportações das grandes massas de capitais. Uma delas era a maior rentabilidade dos investimentos produtivos no exterior do que seria obtida com a inversão no mercado interno. Essa maior rentabilidade, por sua vez, devia-se à abundância de matérias-primas e ao baixo custo da mão-de-obra nos

países periféricos e à disponibilidade interna desses mercados e de seus mercados vizinhos. Outra razão para as exportações de capitais decorria do forte aumento nos países centrais de certos setores produtivos⁹, impondo a necessidade de investir na indústria manufatureira de outras áreas para criar mercado para as indústrias em crescimento. Esses investimentos foram realizados primeiramente nos países já desenvolvidos da Europa e no Japão, os quais se encontravam em reconstrução, e posteriormente nas regiões semidesenvolvidas.

O que caracteriza e diferencia esse novo tipo de movimento do capital do movimento do início do século XX e anterior à Segunda Guerra Mundial é que agora ele não representa uma subtração do aparato produtivo local com formação de “enclaves” extrativistas e agrícolas anexados diretamente aos centros industrializados. Esse movimento significaria mais uma associação de empresas multinacionais com empresas locais, que não significaria uma subtração do aparato produtivo nacional e sim uma desnacionalização em termos de propriedade. A proporção dos investimentos nas novas indústrias exige agora uma quantidade cada vez maior de capital constante (K_c), particularmente o de capital fixo (K_f), acarretando uma elevada composição orgânica que ameaça constantemente a taxa de lucro nos países centrais. Esse fenômeno é acentuado pelo aumento da rotação do capital e, conseqüentemente, pela diminuição do prazo de amortização do capital fixo.

Embora o que esteja por trás desse processo seja a extração crescente de mais-valia extraordinária, o capital monopolista se vê obrigado a substituir esse K_f que se tornou obsoleto antes mesmo que ele tenha sido totalmente amortizado. Nesse contexto, o caminho encontrado pelo capital para recompor a sua taxa de lucro e seguir se valorizando é através da venda desses maquinários para suas filiais instaladas nas periferias, onde os mesmos ainda representam tecnologia nova. A busca pela recomposição da taxa de lucro tem como mecanismo a exportação de capital fixo para áreas de menor desenvolvimento tecnológico (onde ele ainda representaria inovação) que dispõe de uma força de trabalho remunerada em níveis mais baixos, permitindo que a amortização se complete e mantenha aberto o caminho para a renovação tecnológica nos centros capitalistas avançados (MARINI, 1977, p. 7.Tradução Nossa).

A América Latina foi a região dentro da periferia para qual se direcionaram mais investimentos dos Estados Unidos, sendo que alguns países do continente foram mais

⁹ Dentre esses setores, destacamos: indústrias de bens de capitais e correlatos (como os de materiais de guerra), e de produção em ramos como eletrônica, a química pesada, máquinas e ferramentas.

beneficiados por esse processo. Boa parte desses recursos foi direcionada prioritariamente à indústria manufatureira, para que a mesma pudesse absorver a produção de insumos tecnológicos, as máquinas e os equipamentos obsoletos procedentes dos países de maior desenvolvimento tecnológico. A partir de então, deu-se início ao desenvolvimento industrial em muitos países da América Latina durante o período de crise econômica do entre guerras. As economias latino-americanas de maior desenvolvimento relativo (Brasil, México, Argentina, Uruguai e Chile) conseguiram impulsionar o processo de industrialização (que posteriormente se generalizaria à Venezuela, à América Central e à América Latina como um todo). Assim, houve um aproveitamento da região em sua indústria manufatureira com o que tange às mudanças que a economia capitalista internacional experimentava (MARINI, 1977, p. 8-9).

A proporção dos investimentos estrangeiros nos países determina a hegemonia nas regiões, sendo que no cenário latino-americano apenas o Brasil reunirá elementos que o alçam hierarquicamente à condição de subimpério regional. Essa posição o coloca em condição de obter vantagens no intercâmbio com os demais países próximos, principalmente sobre aqueles que viriam mais tarde a formar o MERCOSUL¹⁰. A formação do bloco resultará em uma relação comercial e financeira favorável ao Brasil por causa de sua condição subimperialista na região, ponto este a ser discutido em capítulo específico.

Vânia Bambirra (2013, p. 41) explica que o conjunto das sociedades capitalistas da América Latina no século XIX, dada sua dependência, só poderia ser integrado ao sistema capitalista mundial como exportadores de produtos primários. Com o passar do tempo, os componentes internos dessas estruturas vão se alterando por motivos geopolíticos (internos e externos), enquanto que outros começaram a desenvolver suas indústrias já no final do século XIX, alterando e diferenciando as possibilidades estruturais no interior do marco geral da dependência.

A partir dessa análise, torna-se possível compreender os diferentes níveis de desenvolvimento capitalista na América Latina, assim como o porquê somente em alguns se desenvolve uma burguesia industrial nacional capaz de fornecer um projeto próprio de desenvolvimento. Foram nesses países que ocorreu de fato um processo de

¹⁰ O Mercado comum do Sul, ou MERCOSUL, foi formado em 1991 a partir de uma aliança comercial formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Mais tarde, em 2012, a Venezuela fora incorporada como um de seus membros. É um dos vários blocos econômicos existentes na América Latina, juntamente com a CAN, o CARICOM e a SICA.

substituição de importações que conduziu o deslocamento da sociedade do setor primário exportador ao setor industrial capaz de defrontar o capital estrangeiro (bem como, neles as elites nacionais foi capaz de mobilizar a população para um projeto nacional). Já naqueles países onde a burguesia não se desenvolveu o suficiente, a condução hegemônica da sociedade permaneceria pertencente a uma oligarquia agroexportadora que não se adaptou às sucessivas fases do capitalismo mundial, que demandava uma integração dos aparatos produtivos que haviam se desenvolvido nos países periféricos rumo à acumulação de capital global.

A autora ainda evidencia o impacto das transformações do sistema capitalista mundial no pós- Segunda Guerra Mundial, sob a égide dos Estados Unidos, nos diferentes grupos de países latino americanos. Segundo Bambirra (2013, p. 126), o imperialismo americano desse período se orienta não apenas pelo controle de matérias-primas e conquistas de mercados, mas sob os investimentos nos setores manufatureiros daqueles países que já possuem uma base industrial relativamente desenvolvida. A penetração do capital estrangeiro nos setores mais dinâmicos das economias dependentes (isso é, investimento estadunidense no setor das manufaturas) é resultado de um caráter de dependência definido como “integração monopólica”. As burguesias industriais desses países latino-americanos se associarão ao capital estrangeiro, transformando-o em sócios menores de empresas multinacionais, levando-as a abdicarem das bandeiras nacionais, populistas e anti-imperialistas.

Decorre então um processo de monopolização dos setores mais dinâmicos dos países da América Latina pelo capital estrangeiro. Este processo de integração monopolística, a princípio, implicaria em características semelhantes para o conjunto dos países latino-americanos. Uma análise mais cuidadosa, no entanto, verificará que os resultados do desenvolvimento capitalista dependente do Brasil, da Argentina e do México configurariam tendências especificamente subimperialistas que consistiriam na exploração de um país dependente mais desenvolvido sobre outros menos desenvolvidos em busca do controle de parte substancial de seus mercados. Essa exploração poderia ocorrer através no somente através de exportações, mas, sobretudo, de investimentos em setores econômicos básicos (desde recursos naturais ou mesmo de instalação de indústrias), o que suporia certo domínio político-militar por parte do país subimperialista (BAMBIRRA, 2013, p. 218). Diante desse cenário, conclui-se que o processo de desenvolvimento capitalista na América Latina possui características

similares em alguns países. No entanto, revelam-se também tendências distintas para outros que se sobressaíram da sua condição periférica. Apenas o Brasil se lançaria à condição de subimpério dentro da América Latina, por fatores que analisaremos a seguir.

4 - A FORMAÇÃO DO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO

O crescimento das exportações de capitais para empréstimos e financiamentos rumo às manufaturas situadas na periferia configura um outro traço dessa nova fase do sistema capitalista, que implica em mais um ciclo de expansão e circulação do capital produtivo que se assenta em novos arranjos internacionais. Esse capital, que é conduzido majoritariamente à indústria manufatureira da periferia, integra os seus aparatos produtivos de forma hierarquizada em conformidade com os regimes acumulativos mundiais. A partir dessa integração, centros medianos de acumulação se estabelecem enquanto potências de médio porte. Marini (1977, p.18, tradução nossa) frisa que a composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos locais e o exercício de uma política expansionista autônoma a certo grau eleva essas potências de médio porte a uma condição de subimpério. Tais potências são dotadas de autonomia mais visível que sua periferia próxima, ainda que sua transição não rompa com a dependência tecnológica e financeira com regiões de fato desenvolvidas dentro da lógica mundial¹¹.

Uma nação periférica necessita possuir níveis diferenciados de industrialização, de exportação de mercadorias especializadas e de emprego de tecnologia na produção em comparação com nações limítrofes para que se caracterize como um subimpério. Ao mesmo tempo, a nação deve conciliar os interesses de sua elite com os interesses da burguesia de fato imperialista através de negociações entre ambas. Para esse conciliamento ser feito, faz-se necessário um aparelho estatal que concatene os projetos de expansão econômica e de estabelecimento político dessa elite e os projete enquanto plano nacional através da persuasão e subordinação das demais classes sociais.

Este aparelho estatal assegura a integração dos sistemas produtivos e a remuneração do capital inicial investido para que a nação periférica disponha de sua

¹¹Essa nova configuração do sistema produtivo se manifesta em um movimento dialético onde a exportação de capital se internaliza em determinado país periférico. Essa penetração eleva o grau da composição orgânica do capital nesse país e origina uma potência capitalista média. Sob a forma de importação de mercadorias, posteriormente, a condução desse capital internalizado se realiza em capitais subordinados à economia capitalista média em questão, caracterizando a emergência do subimperialismo.

posição intermediária favorável no seu processo de desenvolvimento aliado à conjuntura internacional. O capital estrangeiro nesse momento se une ao capital nacional através do Estado nacional sólido sem perpassar por relações de submissão. Ocorre um processo de arbítrio entre ambos capitais, que se combinam através de concentração e centralização formando uma espécie de trust nacional¹².

Apenas o Brasil foi o país latino-americano que reuniu os aspectos supracitados que o elevaram a uma posição de subimpério dentro da divisão internacional do trabalho. O protagonismo que o Brasil assumiu com os diversos capitais que lhe forjaram permitiu que um projeto político subimperialista se formasse na região (MARINI, 1977, p.31. Tradução Nossa). Esse projeto político nacional implicou em padrões de intercâmbio desiguais entre os países da América do Sul perante o Brasil, que se formaram através de trustes consolidados pelo aparelho estatal brasileiro. Esses países, portanto, remanesceram em condições de inferioridade e desvantagem face à divisão internacional do trabalho mesmo apesar de surgirem maiores quantidades de valor comercializadas. Desse modo, o Brasil passou a exportar os produtos manufaturados que produzia por causa do trust capitalista nacional para os demais países da América do Sul. Esse comportamento da balança comercial do país satisfaz os interesses da elite nacional, já que eram sinônimos de maiores lucros. Por conseguinte, tal satisfação entrou em concomitância com os interesses da burguesia global, que perpetuava os padrões de dependência nessa sorte de transações.

A maior produção e a maior exportação, contudo, não implica em satisfação das necessidades de consumo ou em incrementos de qualidade de vida ou desenvolvimento humano, visto que a integração do sistema de produção do Brasil direcionou a indústria brasileira para a produção de bens de consumo suntuário, visto que estes acordavam com as conveniências do capital estrangeiro. Demandou-se um aumento da elevada concentração de renda para que essa lógica de expansão fosse atendida. Com o aumento da produção de bens de consumo suntuário em detrimento da indústria de bens assalariados, o Estado aplica mecanismos institucionais que conduzem a uma concentração de renda. Teoricamente, a concentração não somente eliminaria as

¹² O arbítrio do aparelho do Estado enquanto ente soberano é compatível com seu grau de subordinação aos países de fato imperialistas. A ação do Estado para a formação do subimperialismo é expressa por uma cooperação antagônica no sentido de que o país subimperialista jamais deixa a condição de economia dependente, visto que, sem poder questionar o domínio imperialista em si mesmo, a burguesia nacional pode, no entanto, barganhar por melhores relações (de preço, de acordos e de áreas próprias para exploração) dentro de sua subordinação.

barreiras para a realização de produtos manufaturados de consumo suntuário como também criaria demanda para que esses produtos sigam sua oferta. Na prática, as demandas do Estado forcem os trabalhadores a se qualificar, e conseqüentemente obterem maior remuneração, questões estruturais do Brasil (logística de transporte, tipo de qualificação, etc.) cerceiam a produção, subaproveitam a demanda interna e levam o volume de produção nacional à mercados externos para que seja possível a sua realização. A integração do aparato produtivo nacional com as necessidades e interesses do capital internacional permitiu um desenvolvimento das indústrias de bens de consumo suntuário. As empresas desse setor configuraram-se em monopólios periféricos ao operar em condições privilegiadas que lhes conferiram situações vantajosas diante dos seus concorrentes internos e diante das empresas dos outros países periféricos. As empresas que operam em situação desvantajosas frente às empresas monopolistas periféricas perdem sua capacidade de concorrência e findam ou falindo ou sendo incorporadas ao monopólio. Dessa forma, o capital se torna mais centralizado e o monopólio regional se reforça.

Dessa forma, produzindo bens de consumo suntuário, o Brasil assume um grau médio em termos da composição orgânica do capital e um subcentro da indústria pesada no mundo dependente, tornando-se um grande exportador de produtos manufaturados para a região latino-americana. Portanto, o Brasil antecipava uma tendência internacional, que partia dos centros de poder mundial (comandada pelos Estados Unidos) e se expandia, sobretudo, nas regiões periféricas e semiperiféricas do sistema capitalista mundial. Inaugurava-se uma nova política na qual o capital internacional e os capitais locais se uniam para garantir um processo de modernização profundamente antipopular. Contudo, essa tendência estava contida em um contexto internacional no qual o Brasil estava subjugado ao domínio do capital imperialista internacional. Estas tendências convertiam-se, assim, num subimperialismo (DOS SANTOS, 2011, p. 23). Nesse contexto, o capital financeiro em operação no país, e as empresas produtivas inscritas em sua lógica, sob a forma de truste capitalista nacional, apropriam-se de um lucro extraordinário, seja por liderar a produção interna em seus ramos, seja por operar em outras economias submetidas à expansão subimperialista, apropriando-se do valor produzido nas nações hierarquicamente inferiores. Entretanto, parte desse valor apropriado pelo Brasil dos demais países da região é drenada para as economias imperialistas, e a outra parte é reinvestida na produção, possibilitando, dentro dos limites de uma economia dependente, determinado nível de desenvolvimento e controle

tecnológico na produção, além de uma relativa importância, ainda que subordinada, nos circuitos de valorização financeira.

A emergência do Brasil como potência média é resultado de um processo histórico cujas bases são construídas ao longo das seis primeiras décadas do século XX. Nesse momento, o país passava por um gradativo processo de industrialização centrado principalmente em bens de consumo imediato¹³. Em que pese o salto na industrialização, havia limitações de ordem estrutural, de capital, de mercado, de renda e de forma quanto à dimensão de um processo, que limitava os avanços, havendo necessidade de encontrar meios de superação aos gargalos existentes¹⁴. Nesse sentido, o processo de substituição de importações adentra a década de 50 com um ponto de estrangulamento, o qual era necessário encaminhar uma solução para o aprofundamento da industrialização do Brasil (que apresentava problemas, entre outros, de acumulação de capital para investimento de bens de capital e de bens duráveis). A solução adotada foi o capital transnacional, que foi incentivado a realizar seu aporte no Brasil em setores de bens duráveis, intermediários e de capital. Além de permitir a continuidade, sob novo ritmo, do processo de substituição de importações, essa nova realidade irá consolidar, em setores estratégicos e dinâmicos da economia brasileira, o capital estrangeiro que passa a controlar e dominar essas atividades¹⁵.

A presença do capital transnacional determina não somente um novo momento na industrialização brasileira (a qual passa por um processo de impulso e de

13 Esse processo de industrialização é inicialmente calcado pela burguesia nacional na década de 30 e incentivado pelo Estado brasileiro, através de uma aliança entre os dois atores sociais. Tal aliança perdurará até meados dos anos 40 enquanto primeiro estágio da formação da indústria brasileira. De acordo com Paul Singer, até a década de 50, pode-se dizer que a industrialização destes se fez à margem e à revelia do grande capital internacional, representado pelos conglomerados dos países industrializados (SINGER, 1982, P.48)

14 14A este respeito, comenta Singer (1982), “... no entanto, que enfrentar a problemática da nova etapa do processo de substituição de importações – a da substituição de *meios de produção*: bens intermediários e de capital – que requeria formas diferentes, mais concentradas de acumulação. (...) O modo de acumulação seguido até então – de lucros engrossados pelos favores da política de industrialização – tinha sido eficaz enquanto se substituíam importações de bens de consumo não duráveis, produzidos em estabelecimento que inicialmente podiam ser de tamanho pequeno ou médio”

15 “É preciso entender”, conforme Singer, que “este conjunto impressionante de incentivos consubstanciava uma política global em relação ao capital proveniente dos países industrializados, cujos conglomerados se pretendia deliberadamente atrair para cá, abrindo-lhes áreas inteiras da economia nacional: indústria de automóveis, tratores, material elétrico e eletrônico, produtos químicos”. (...) “A política de abertura ao capital estrangeiro alcançou bastante êxito fundamentalmente porque ela foi lançada numa época em que o termino da reconstrução das economias devastadas pela guerra permitia que um volume ponderável de recursos pudesse ser encaminhado às novas economias que se industrializavam. Não foi por acaso que, a partir desta época, o capital monopolista internacional começa, pela primeira vez, a penetrar no setor secundário de um certo número de países da América Latina (SINGER, 1982, p. 46).

crescimento), porém determina a o início de uma segunda fase¹⁶, que se caracteriza pelo assentamento do capital monopolista e financeiro. Esse capital é decisivo para estruturação da economia brasileira em outras bases de relações de produção, ao mesmo tempo em que é determinante para acumulação e aumento da composição orgânica do capital (que é base do subimperialismo no Brasil, o qual é calcado no capital transnacional, que determina a ascensão acima da média da composição orgânica do capital do mesmo)¹⁷.

Dessa forma, a economia brasileira passa a apresentar as condições estruturais para o subimperialismo¹⁸. Ao longo de vinte anos se consolida uma nova matriz econômica no Brasil, seja em termos de estrutura quanto de concentração que se consolida ao longo da década de 70 determinando que a lógica do funcionamento da economia brasileira é centrada em grandes grupos econômicos, de origem monopolista e sob a égide do capital transnacional. Possas (1983) ratifica que o capital transnacional é preponderante nas atividades econômicas brasileiras dominando, através das vendas, o processo de acumulação e centralização no Brasil.

Segundo Osorio (2012) ocorre a rearticulação da economia mundial através da mundialização com a cessão na industrialização dos países periféricos e, ao mesmo tempo, se dá a especialização produtiva através de um novo padrão exportador centrado em *commodities* agrícolas, minerais e energéticos e bens industriais relevantes no contexto de cadeias produtivas e unidades maquiladoras, que funcionam nos países como plataforma exportadora¹⁹.A mundialização seria um novo passo do processo de

16Sobre este momento, sugerimos a leitura do livro da Maria Conceição Tavares intitulado “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira”.

17Uma análise cuidadosa aos setores de destinação das novas entradas de subsidiárias multinacionais a partir de 1950 iria na verdade revelar as mesmas proporções estruturais que prevaleceram no crescimento econômico no mesmo período, isto é, indústria (manufatureira e de construção) em primeiro lugar (com 11% de crescimento médio anual no período 1956-61) e no interior manufatureira, os setores de bens de capital (27% ao ano) e bens de consumo duráveis (24%).Mas este crescimento era também altamente desequilibrado em favor dos setores de produção acima mencionados, o que envolvia também um aumento assimétrico da capacidade produtiva e este era na maior parte dos casos proporcionados pelas novas plantas colocadas em funcionamento pelas firmas multinacionais(POSSAS, 1983, p. 20). Essas considerações clareiam as observações que Marini (1977) efetua sobre o processo de acumulação e concentração de capital no Brasil.

18 As condições estruturais do subimperialismo são: a acumulação e concentração do capital transnacional em bases monopolistas, a financeirização das relações econômicas, a proeminência da indústria de transformação na economia e controle das atividades dinâmicas que, entre outras, permitiram a emergência do subimperialismo como fator de dominação econômica na América do Sul.

19 Sobre esse momento, Jaime Osorio comenta que “Em todas as economias, o novo padrão pressupõe o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, permanecendo em alguns casos uma parcela industrial relevante, particularmente nas economias

reestruturação, onde os blocos econômicos é a materialidade do novo padrão exportador, permitindo, na convergência entre plataforma exportadora integrada às cadeias produtivas, um espaço de comercialização privilegiado de não somente circulação de mercadorias e serviços através de eixos exportadores integrados, mas de realização de acumulação e centralização de capital. Nesse sentido, o MERCOSUL é um representante, na América do Sul, deste processo.

5 - OS INVESTIMENTOS DO BNDES E A PAUTA E A BALANÇA COMERCIAL DO B MERCOSUL ENQUANTO EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO

A base econômica da produção brasileira representa mais da metade dos produtos exportados ao MERCOSUL, implicando em uma transnacionalização das mesmas e em um maior fluxo de capital. No entanto, o interesse da burguesia em internacionalizar o capital remete mais a um alinhamento ao poder hegemônico vigente do que a um plano de integração regional. Demonstra-se esse comportamento de subimperialismo da parte do Brasil aos países do MERCOSUL ao detectar a balança comercial entre os países e o tipo de produto importado e exportado. A pujança das importações brasileiras centra-se na tecnologia do produto exportado, enquanto que a pauta de importações dos países do MERCOSUL está centrada em produtos primários (o que caracteriza um desequilíbrio notório de relações de dependência).

A Argentina²⁰ não é caracterizada como subimpério mesmo apesar de ser uma semiperiferia (MARINI, 1977) devido justamente ao desequilíbrio da balança comercial que possui com o Brasil, que possui uma disparidade favorável em relação a si. No caso do Uruguai²¹, a pouca diversificação de sua base econômica, restrita em commodities e produtos alimentícios, torna o país pouco competitivo no cenário internacional e põe sua produção como complementar à dos países vizinhos (LUCE, 2011). Por fim, o caso do

de maior complexidade, como Brasil e México, porém integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais” (OSORIO, 2012, P. 106).

20 <http://ebras.mrecic.gov.ar/node/702>

21 [HTTP://www.uniondeexportadores.com/es/?pa=noticia&id=45](http://www.uniondeexportadores.com/es/?pa=noticia&id=45)

Paraguai²² remonta aos anos 70, onde o Brasil estava experimentando o “Milagre Econômico” enquanto que o Paraguai estava pagando sua dívida externa²³.

De outro modo, a necessidade de apoio para construção de canais de comercialização, através de eixo de exportação integrado, está na base da estruturação da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA)²⁴. Foram concebidos cerca de doze eixos de integração de comunicação e multimodal de transporte para a América do Sul onde, sob responsabilidade do Brasil, identifica-se, no quadro 1, que grande parte das obras e ações é no segmento de logística visando a criação de competitividade através de canais de comercialização que reduzem tempo e, oportunizam novos espaços de negócios.

Para tanto, a consecução das obras no âmbito IIRSA necessitava da presença do capital para executar as trinta e uma obras escolhidas. Neste caso, emerge a função do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), que representa e é, ao mesmo tempo, a contraparte do subimperialismo (isto é, o braço financeiro para financiar os investimentos que vão possibilitar a hegemonia brasileira). Também criam-se condições necessárias ao capital transnacional para transitar suas mercadorias com um custo menor devido à logística, permitindo uma onda de internacionalização quanto à captura de excedente via troca de bens e serviços (de um lado industrializados e, de outros, *commodities* agrícolas, minerais e energéticos)²⁵.

Nesse sentido, o BNDES, enquanto instituição financeira funciona como um elemento do Estado, criando condições gerais de produção ao financiar a infraestrutura logística como fator de competitividade ao capital privado (MANDEL, 1985), especificamente, ao transnacional e, em menor escala, ao nacional, na realização do

22 http://www.cadep.org.py/uploads/2015/10/Articulo_Desarrollo_Productivo_del_Py_pdf.pdf

23 No período da construção da Usina Binacional de Itaipu, os acordos bilaterais que resultaram nos termos do Tratado de Iguaçu penalizaram o Paraguai tanto nos custos da construção da usina quanto nos custos de manutenção e na venda de energia a um menor preço de mercado, levando o país a pedir uma reconsideração dos termos dos contrato (TAVARES, 2011)

24 uma ação voltada para o planejamento do espaço e do território numa visão regionalizada focada no fluxo de mercadorias que busca, através da logística e de serviços, a competitividade entre os membros do MERCOSUL, e, em especial, do Brasil.

25 Luce (2007) capta esse processo em dois momentos, a saber: "...a transformação da geografia regional vai encetar novos mercados e propiciar, mediante vantagens logísticas, a obtenção de ganhos de competitividade. É dentro desse mesmo intuito que deve ser entendida a criação da carteira do BNDES para a exportação de serviços de infraestrutura "... "o BNDES reuniu condições favoráveis para imprimir fôlego à política de integração relacionada ao projeto da geoeconomia sul-americana. Daí a caracterização de *braço econômico da política externa brasileira*".

capital através das exportações²⁶. Os recursos do BNDES são focados em alguns pontos específicos, (gasoduto, linha de transmissão, rodovias, hidroelétricas, apoio a mobilidade metropolitana, saneamento, etc.) Excetuando os recursos voltados para a área de saneamento, as demais atividades estão relacionadas aos serviços de apoio ao capital, que responde por cerca de 60% do desembolso do BNDES entre 2004 a 2015, que totalizou aproximadamente seis bilhões de dólares entre 2004 e 2015.

A primeira observação é que atuação do BNDES é diluída por sete países da América do Sul – e não somente do MERCOSUL –, onde se inclui o Equador e Peru. Portanto, as ações do BNDES estão distribuídas pelos diversos países da América Sul, em particular, a Argentina que representa, dentro do MERCOSUL, o principal parceiro em volume de negócios bem como o segundo maior mercado do citado bloco. O montante de obras financiadas neste país pelo banco destinou aproximadamente US\$ 2,06 bilhões de dólares (o que equivale a 35,5% do total dos financiamentos).

O volume de recursos movimentados pelo BNDES demonstra seu caráter estratégico no interior do MERCOSUL e da IIRSA, pois contribui tanto com mecanismos de realização de capital, através da competitividade advinda do apoio à criação de logística, quanto promovendo a internacionalização do grande capital. Portanto, em razão da materialização do subimperialismo em sua forma de representação pela atuação do BNDES, da IIRSA, e da gestão da política pelo Brasil, permite admitir que a dominação ocorre em três dimensões, a saber: a) pelo capital financeiro estatal que exerce a função de investidor privilegiado que implica na assunção de dívida externa pelos países membros; b) pela atuação do capital transnacional através do controle das exportações e das importações e; c) pela atuação do Estado brasileiro enquanto poder hegemônico buscando construir, devido sua relevância econômica, uma projeção de poder que facilita seu papel preponderante no campo regional conduzindo os interesses do grande capital na vigência do subimperialismo.

26O estado subimperialista brasileiro possui uma dimensão que os demais países latino-americanos não possuem, principalmente, se levarmos em consideração sua superioridade em termos de magnitude de mercado interno, de arrecadação, de financiamentos internos e externos, da estrutura produtiva de seu país e do grau mais elevado de monopolização das empresas. Dessa forma, em sua função de amenizar a restrição externa, o Estado subimperial lança mão de seu poder político para aprofundar ainda mais o intercâmbio desigual com os países mais frágeis (OLIVEIRA *et al*, 2014, p. 19).

6 - CONCLUSÃO

O capitalismo, sua gênese e evolução enquanto sistema, determinou um contínuo processo de concentração e acumulação de capital, inicialmente nos países centrais, que, dada a necessidade de manutenção do mesmo, ensejou a sua expansão sob a forma do imperialismo que moldou a periferia, a qual através de suas forças produtivas locais em conjunto com o grande capital, determinou no tempo, no território e espaço, a conformação de organizações e estruturas que reproduzem, com limitações e dependência, as formas subimperialistas no âmbito regional.

Nesse sentido, ao longo da segunda metade do século XX, devido ao processo de substituição de importações e ao assentamento do capital transnacional, que passa a ser o centro dinâmico, o Brasil emerge como uma potência subimperialista, exercendo um papel estratégico no contexto da América do Sul, bem como para os países centrais, face à divisão internacional do trabalho, que reordenou na década de 90 sua inserção no comércio exterior, prevalecendo o bloco regional, a especialização produtiva em minérios e energia, a hegemonia no ambiente regional, as exportações de bens duráveis e uma relação desigual e combinada.

Decorre disso que, enquanto nação subimperialista na América Latina, o Brasil se apropria do valor gerado nas nações hierarquicamente inferiores da região através do MERCOSUL que é um espaço privilegiado de comercialização e realização, através desta, de acumulação e centralização, mas transfere parte desse valor aos países imperialistas do centro. A parte que fica no país é reinvestida, garantindo a reprodução do capital a nível local. Isso revela a necessidade de uma resistência a essa lógica de acumulação imposta pelo grande capital, sem que isso represente o interesse da sociedade, exceto de frações da burguesia, excluindo a população dos países periféricos, inclusive daqueles que foram hierarquicamente promovidos na nova divisão internacional do trabalho a uma condição de subimperialista, relegando esta população a uma condição de superexploração e miséria.

Diante desse cenário, parece-nos haver uma necessidade emergente de romper com essa lógica perversa do sistema capitalista, onde o povo é aliado do crescimento e ainda tem aumentado o seu grau de exploração decorrente da transferência de valor para as potências imperialistas, sejam os Estados Unidos, a União Europeia ou, mais recentemente, a China. Portanto, a regionalização, que aprofunda internacionalização

das empresas, é um processo que apenas reforça a dominação e, ao mesmo tempo, a relação de dependência, pois os setores dinâmicos são controlados pelo capital transnacional que, ao usar o espaço de comercialização, reforça a realização do capital, a concentração e acumulação, cujos excedentes, sob a forma de juros, lucros, *royalties* e dívida privada são repassados aos países centrais.

Por fim, a aparente autonomia e hegemonia exercidas pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL são, na verdade, um caminho para a ação do grande capital que, ao controlar as exportações e importações, torna-se o condutor do processo de regionalização como mecanismo de acumulação e centralização. O Brasil aparece como reprodutor da expansão do capitalismo central, como seu representante periférico. Assim, o MERCOSUL é o espaço de realização do capital sob a égide do subimperialismo como canal de geração de excedentes capturado pelo grande capital internacional.

7 - BIBLIOGRAFIA

_____. **“La expansión del subimperialismo”** Disponible en <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=76977> (último acceso en 30/01/2015)

_____. **Subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente.** Crítica Marxista, São Paulo, n. 36, 2013. p. 129-141

_____. **“América Latina – Integración y Democracia”** Ciudad de México, México. 1974b. Disponible en <http://www.marini-escritos.unam.mx> (último acceso en 05/03/2015)

_____. **“Dialéctica de la Dependencia”** Ciudad de México, México. 1974a. Disponible en <http://www.marini-escritos.unam.mx> (último acceso en 05/03/2015)

_____. **“El Reformismo y la Contrarevolución – Estudios Sobre Chile”** Ciudad de México, México. Série Popular ERA 1981. Disponible en <http://www.marini-escritos.unam.mx> (último acceso en 05/03/2015)

_____. **“L’esperienza Revolucionaria Brasiliana”** Milano, Itália, 1972. Gabriele Mazotta Editore

_____. **“La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”** Ciudad de México, México. Cuadernos Políticos n. 12, Ediciones Era, México, abril-

junio de 1977. Disponible en <http://www.marini-escritos.unam.mx> (último acesso en 21/01/2015)

_____. “**Subdesarrollo y Revolución**” Ciudad de México, México. 1974b. Disponible en <http://www.marini-escritos.unam.mx> (último acesso en 05/03/2015)

_____. **O capitalismo dependente latino americano**. Florianópolis. Editora Insular. 2013.

_____. Ruy Mauro. **O ciclo do capital na economia dependente**. FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. contribuições da teoria marxista da dependência. Ed. Boitempo. São Paulo-SP, 2012.

_____. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 4ª edição, ed. Insular, Florianópolis-SC, 2013.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2ª edição, ed. Insular, Florianópolis-SC, 2013

DOS SANTOS, Theotônio. **Lições de nossa história**. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, nº 30, p. 19-32, outubro 2011.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. Rio de Janeiro. Contraponto Editora. 1999.

HARVEY, D. (2005). **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume.

LENIN, Vladimir. “**O Imperialismo: Etapa Superior Do Capitalismo**” Campinas, Brasil. Editora da Unicamp. 2011

LUCE, Mathias. “**El subimperialismo brasileño en Bolivia y América Latina**” Disponible en <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2010110905> (último acesso a 11/02/2015)

LUXEMBURGO, R. (1985). *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica* (2ª ed.). São Paulo: Nova Cultura.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Coleção Os Economistas. São Paulo. Editora Nova Cultural. 1985

MARIATEGUI, José Carlos. “**Los 7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**” Lima, Perú. Biblioteca Ayacucho. 2007

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. Cuadernos Políticos, número 12, editorial Era, México, D.F., abril-junio, 1977, pp.20-39.

MARTINS, C. Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Editora Boitempo. São Paulo-SP.

MONET, M. Roca. “**La Teoría Del Imperialismo De Lenin**”. Disponible en <http://laberinto.uma.es>

OLIVEIRA, Elisabeth Moura Germano. **A dinâmica econômica e o papel do Estado no subimperialismo brasileiro no século XXI** in XIX Encontro Nacional de Economia Política da Sociedade de Economia Política.2014 acessado <http://www.sep.org.br/artigos> em 04 de fevereiro de 2016.

OSORIO, Jaime. **América latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região** in FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias (Orgs.). Padrão de reprodução do Capital. São Paulo. Boitempo Editorial.2012

POSSAS, Mário Luiz. **Empresas multinacionais e industrialização no Brasil** in BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata (Org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise nº 2. São Paulo. Editora Brasiliense. 1983
SEABRA, Raphael Lana. MARVULLE BUENO, Fábio. “**El protagonismo brasileño en el siglo XXI: ¿subimperialismo o semiperiferia?**” Revista Brasileira de Estudos Latinamericanos, v. 2, n. 1, jun. 2012

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982

TAVARES, Elaine: “**Brasil y su acción subimperialista en América Latina**”. Disponible en <http://alainet.org/active/51549&lang=es> (ultimo acceso en 29/01/2015)

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1976.

VENSENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo. Editora Ática. 1986

VUYK, Cecilia “**Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguaya: análisis de la situación actual**” Buenos Aires, Argentina. CLACSO